

ANC
02

Apanhados no contrapé

CORREIO BRAZILIENSE

Difícilmente o racionalismo imperará hoje, na Constituinte, e alguma solução venha a ser dada à definição do sistema de governo. A votação, como última e única alternativa, paradoxalmente, assusta tanto a parlamentaristas como a presidencialistas. O Governo procura finalizar acordos para assegurar o presidencialismo, mas na verdade o objeto do esforço principal do Palácio do Planalto não será o sistema de governo, mas o tempo do mandato do presidente José Sarney. Essa definição não está em jogo, hoje. O que entra em campo é uma sinalização do impasse institucional, que adviria, em cinquenta por cento de sua forma final, com a aprovação do parlamentarismo.

Tudo não passa de um hábil manejo das palavras e das circunstâncias: o presidente Sarney encurralou o presidente da Constituinte quando este procurava enlaçar as derradeiras consciências que resistiam à fórmula do parlamentarismo com cinco anos. O Presidente fez uma manobra rápida para restabelecer os cinco anos com presidencialismo, denunciando a maquinação do Sr. Ulysses Guimarães como interesseira e imediatista. O presidente do PMDB havia, de fato, acelerado bastante o carro do acordo, mas esbarrou na ponderação militar que o general Ivan de Souza Mendes levantou no fim de semana, pleno de rodeios a respeito da implantação do parlamentarismo.

O presidente Sarney, não por convicção, mas por extrema necessidade, teve de retornar à ortodoxia quando percebeu que os chefes militares não iriam coonestar o acordo. Ficara evidente para o Sr. Ulysses

Guimarães que a verdade teria que ser extraída a voto, e não a fórceps acordatício. O Presidente da República, que havia autorizado o ministro Paulo Brossard a tentar uma ponta de negociação, voltou imediatamente à sua linha cautelar. O acordo na rua, dado como certo e liquidado, assustou a comunidade militar, tendo sido processado por pressurosos objetivos de formar imediatamente um governo de gabinete.

Enquanto perdurava a possibilidade do acordo, havia uma hipótese no ar, sendo estudada, pela qual o presidente José Sarney completaria seu quarto ano de mandato no presidencialismo, e só então, após o quarto ano, se submeteria à vigência do parlamentarismo. Essa fórmula chegou a ser tratada na reunião Dr. Brossard. Era válida para o Presidente não se sentir inteiramente alijado das responsabilidades do cargo. O risco passaria a ser o de uma crise instalada pelo próprio Presidente, ao se considerar excluído do processo, abrindo um vazio do poder. Os chefes militares não concordariam. Para não terem de passar por esta dúvida, preferiram, antes, liquidar o acordo, e fazer o Presidente da República e o presidente do PMDB retornarem à planície.

Agora, só o voto será capaz de expurgar a dúvida. O acordo foi sobrestado como fato político, e denunciado pelo fato militar. O que sobreleva é que nenhuma ala — parlamentarista ou presidencialista — assegure os militares de estabilidade institucional. Se houver bagunça, eles terão que intervir. Intervindo agora, tentam impedir a bagunça.